

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O AEE DOS ESTUDANTES SURDOS ORALIZADOS

Profa. Dra. Eliamar Godoi¹
Raquel Bernardes²
Letícia de Sousa Leite³
Gláucia Xavier dos Santos Paiva⁴

INTRODUÇÃO

O curso de aperfeiçoamento em formação de professores para Atendimento Educacional Especializado - AEE dos estudantes surdos oralizados é proposto pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU, e integra-se à experiência do Instituto de Letras e Linguística/ILEEL/UFU em vinculação com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão/SECADI e Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva/DIPEPI do Ministério da Educação/MEC, e com a Universidade Aberta do Brasil/UAB. A nossa grande meta é capacitar docentes para ampliar as possibilidades de aprendizagem dos educandos surdos oralizados atendidos nas escolas públicas brasileiras, assim como, assinalar a atribuição social da escola inclusiva, seu currículo, suas práticas e as implicações em relação à inclusão educacional desses estudantes.

Diante desses apontamentos, é objetivo geral do presente estudo apresentar, ainda que de maneira sucinta, o curso de aperfeiçoamento em formação de professores para o AEE dos estudantes surdos oralizados. Este trabalho se justifica, em conjunto com a oferta do referido curso de aperfeiçoamento, em função da urgência de capacitação docente para atuar frente à resolução de problemas, a partir da prática de casos de ensino que englobe ações voltadas ao serviço de AEE prestado aos estudantes surdos oralizados.

Importa-nos instrumentalizar o professor cursista para, capacitado, estar apto a organizar o ambiente de sala comum, de AEE e também da sala especial em que esses alunos são acolhidos, estando propício à aprendizagem, à socialização, à interação. Para isso, buscamos amparo em experiências positivas de docentes da área e pesquisas publicadas, aspectos teóricos e estudos de casos. Ainda, alguns documentos oficiais da legislação vigente fundamentaram as nossas discussões, a saber, a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Libras e dá outras providências, o Decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 7.611/11 que dispõe sobre a criação e regulamentação do Atendimento

¹ Doutora pela Universidade de Uberlândia. Orientadora. Professora dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia. eliamarufu@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia. ragbernardes@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia. leticiaadesousaleite@gmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia. glauucia.paiva2@gmail.com

Educacional Especializado – AEE e a Lei no 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Nesse sentido, justifica-se a oferta de um curso de aperfeiçoamento em “Formação de Professores para o AEE dos estudantes surdos oralizados” para instituições públicas de educação do País. Vale ressaltar que a iniciativa deste curso surgiu a partir do Grupo de Pesquisas em Estudos da Linguagem, Libras, Educação Especial e Distância e Tecnologias – GPELET que, certificado pelo CNPQ desde 2014 e vinculado ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, vem desenvolvendo pesquisas e projetos em conjunto na área da Educação Inclusiva, Educação Especial, Educação de Surdos, Libras, Escolarização de Pessoas com Deficiência e Atendimento Educacional Especializado.

Apresentadas as nossas considerações iniciais, passaremos aos aspectos metodológicos.

1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto ao quadro teórico-metodológico, o estudo é circunscrito na revisão bibliográfica da temática do curso, quais sejam, os textos referentes à formação docente para atuar no AEE para surdos, em termos gerais. De modo específico, os trabalhos referentes à educação de surdos oralizados. A fim de buscar suporte à temática envolvida no presente estudo, trabalhos como os de Damázio (2007), Godoi (2019, 2022), Skliar (1998), no âmbito da educação de surdos; Poker *et al.* (2013), Ropoli *et al.* (2010) e Sonza *et al.* (2018), na seara dos planos de atendimentos; entre outros autores, forneceram o aporte necessário às discussões apresentadas em cada unidade do curso.

A metodologia adotada na presente investigação está baseada no paradigma qualitativo, cujo procedimento metodológico utiliza a pesquisa bibliográfica para fundamentar as discussões apresentadas e a elaboração de cada unidade do curso. Em termos didáticos, o curso é elaborado em cinco unidades que intencionam provocar a reflexão, a leitura e o posicionamento quanto à formulação de processos educativos que considerem a diferença e a diversidade como princípios orientadores de uma educação que reconhece a pessoa surda oralizada como cidadã, portanto, com direito ao conhecimento veiculado na escola.

Uma vez apresentada a metodologia em linhas gerais, passaremos a uma breve explanação das unidades do curso de formação de professores para atuar na ambiência do AEE para surdos oralizados.

2 A ESTRUTURA DO CURSO

O curso de aperfeiçoamento em formação de professores para AEE dos estudantes surdos oralizados visa abordar, de forma concisa e funcional, algumas práticas pedagógicas e educativas elencadas em momentos didático-pedagógicos de ação de inclusão de alunos surdos oralizados na sala regular de ensino pela equipe do Atendimento Educacional Especializado. Essas ações advêm de experiências e estudos de casos que foram realizadas em salas de aula da escola pública, ancoradas em aspectos teóricos que serão compartilhadas com os professores cursistas. Para o movimento de acolhida dos alunos surdos oralizados na sala inclusiva e no AEE, pautamo-nos na experiência de profissionais com expertise nas ações práticas

educacionais inclusivas voltadas para esses estudantes, mas também na legislação vigente e na revisão bibliográfica de pesquisadores e estudiosos da área.

O curso está hospedado no Ambiente Virtual de Aprendizagem – Moodle da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Cada unidade do curso foi elaborada a partir de uma sequência didática com o objetivo de significar a aprendizagem dos cursistas por meio de situações fictícias que dialogam com o contexto escolar. A sequência didática é composta pelos seguintes tópicos: convite ao estudo, videoaula com o(a) professor(a) pesquisador(a) conteudista, texto base da unidade, atualidades, saiba mais, leitura complementar e sugestões de filmes. Além desses tópicos, os fóruns de discussão, o fórum de conversa com o(a) professor(a) pesquisador(a) conteudista e o fórum de dúvidas compõem a sequência didática de cada unidade que conta com duas atividades avaliativas. Importa destacar que todo o material do curso está acessível em Libras para promover a acessibilidade linguística aos cursistas surdos sinalizantes.

A primeira unidade do curso é intitulada “Políticas de Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e os surdos oralizados: conceitos, concepções de educação de surdos e os marcos legais da inclusão da pessoa com deficiência e do AEE” e conta com autoria de Guimarães, Leite e Godoi (2022). Nessa unidade os cursistas vão aprender quem são os surdos oralizados. Além disso, vão estudar também sobre as políticas de educação especial e inclusão com foco nas relacionadas aos alunos surdos. Ainda, é apresentada a intersecção entre surdez e heterogeneidade, a diferença entre surdez adquirida e surdez congênita, dentre outros aspectos importantes para a aprendizagem a partir da heterogeneidade da surdez.

Com autoria de Cardoso-Júnior e Bernardes (2022), a segunda unidade do curso é intitulada “Processo de Identificação, Identidades surdas, tecnologia assistiva e diagnóstico diferencial: quem é o aluno surdo oralizado no contexto da educação especial, aspectos teóricos, adequações curriculares, capacidades, AEE, talentos e os domínios dos estudantes”. Essa unidade tem como objetivos: apresentar aspectos teóricos sobre as identidades surdas e tecnologia assistiva na educação especializada de surdos oralizados; reconhecer a prática pedagógica interdisciplinar e adequações curriculares para surdos oralizados; e, apresentar o Atendimento Educacional Especializado às pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva.

“A escolarização da pessoa surda oralizada: Material didático, atuação, metodologias e estratégias propositivas, Planos de atendimento (PAEE, PDEI, PIPE, PPE, PEI, PAI e PDI) e práticas inclusivas (estudos de casos à luz de teorias, das políticas de inclusão e da BNCC)” é o título da terceira unidade do curso. Com autoria de Guimarães, Leite e Bernardes (2022), essa unidade busca apresentar os recursos que os professores podem dispor para favorecer a aprendizagem dos estudantes surdos oralizados. As autoras defendem que a promoção de uma aprendizagem ativa contribui para a interação desses estudantes com seus colegas ouvintes e com seus professores, a fim de oportunizar aprendizagens de forma interativa em contexto inclusivo. É nesse viés que as pesquisadoras discutem sobre atuação, metodologias e estratégias propositivas.

Na quarta parte intitulada “Legendagem, Acessibilidade, Práticas Educacionais e Programas para surdos oralizados: formação do professor e os recursos de tecnologia assistiva, aplicando metodologias, estratégias e atividades adaptadas e o conhecimento no atendimento de surdos oralizados”, as autoras Dézinho, Guimarães e Leite (2022) apresentam uma breve incursão no universo das tecnologias assistivas e a sua aplicabilidade em sala de aula a favor da aprendizagem de todos os estudantes. No texto base da quarta unidade os cursistas vão encontrar subsídios

para refletir sobre algumas questões, a saber, *Legenda automática é suficiente para surdos? Você sabe o que é Legenda descritiva para Surdos e Ensurdidos - LSE? O que é Tradução Audiovisual Acessível - TAVA?* A expectativa das autoras é que a busca por respostas a esses questionamentos motive os cursistas a aprofundarem os estudos sobre os avanços da acessibilidade comunicativa e da promoção de mídias acessíveis para os estudantes surdos e ensurdidos.

Por fim, “Atendimento Educacional Especializado – AEE para surdos oralizados: o professor e as práticas pedagógicas diárias no AEE, PDI do estudante surdo oralizado, atividades adaptadas e adequadas, estratégias de ensino e avaliação no Atendimento Educacional Especializado” é o título da última unidade do curso. As autoras Rocha e Leite (2022) buscam propiciar condições para o entendimento do serviço de AEE para surdos oralizados. Com isso, elas procuram instigar os cursistas à leitura, reflexão e posicionamento quanto à formulação de processos educativos que atendam às particularidades linguísticas dos estudantes surdos em condição de igualdade com os não surdos. Nesse percurso, os cursistas vão conhecer a Proposta de Currículo para o Ensino de Português Escrito como Segunda Língua para Estudantes Surdos elaborada em 2021 pela Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS), por meio da Secretaria de Modalidades Especiais (Semesp) do Ministério da Educação (MEC). A importância do assessoramento pedagógico para culminar em ações exitosas no AEE para estudantes surdos é pontuada no decorrer desta unidade. Os processos avaliativos aplicados aos surdos também ganham destaque no estudo proposto para suscitar reflexões sobre a avaliação dos surdos que por vezes não reflete o seu real desempenho acadêmico.

Ao final do curso são apresentadas propostas que poderão ser aplicadas no planejamento de ações a serem desenvolvidas no AEE. O objetivo é instrumentalizar os cursistas na elaboração do plano de atendimento de forma a contemplar as demandas específicas de cada estudante surdo oralizado com a possibilidade de evolução no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, os cursistas vão aprender sobre o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI a partir da aplicabilidade desse instrumento em diferentes situações de ensino.

CONCLUSÃO

Acreditamos que a realização do curso de aperfeiçoamento em “Formação de Professores para o AEE dos estudantes surdos oralizados” pela Universidade Federal de Uberlândia é de extrema pertinência neste momento em que há uma corrida para se encontrar profissionais com capacitação nessa área para atender os estudantes surdos oralizados nos ambientes educacionais do país. O desenvolvimento e a produção de um curso dessa natureza representam uma relevante contribuição para a sociedade em geral e para a região.

No curso, os profissionais são formados na busca por compreender as peculiaridades que se demanda a educação dos estudantes surdos oralizados, assim como por estratégias que possam utilizar em sala de aula para identificar e estimular o desenvolvimento das áreas de competências desse alunado público-alvo da Educação Especial. De maneira geral, pretendemos com esse curso contribuir com a formação continuada de professores da educação básica em todo país, já que essa demanda se apresenta com urgência, uma vez que há carência de professores no ensino regular, com conhecimento e prática na área de ensino e aprendizagem de surdos oralizados. Nesse movimento, soma-se ainda, o fato de que o modelo

educacional brasileiro atual ser inclusivo e concebe a educação como um direito de todos, nesse se fortalece a necessidade de formação de professores que atenda a nova realidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/02 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais: Libras. Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília – DF.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 07 jul. 2015.

GODOI, E. Atendimento Educacional Especializado para surdos: aspectos legais, teóricos e práticos. In: Seminário Nacional de Educação Especial, 8., 2019. Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: CEPAE, Núcleo de Acessibilidade da UFU, 2019.

GODOI, E. **Curso de Aperfeiçoamento em “Formação de Professores para o AEE dos estudantes surdos oralizados** / Eliamar Godoi ... [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, Diretoria de Educação Especial; [Uberlândia]: Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2022.

GODOI, E. **Serviço de Atendimento Educacional Especializado aos educandos com deficiência auditiva oralizados**. Curso de formação de professores. Universidade Federal de Uberlândia. Ministério da Educação. 2022. Disponível em: <https://ead.ufu.br/> Acesso em: 02 jun. 2023

POKER, R. B. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado** / Rosimar Bortolini Poker ... [et al.]. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

ROPOLI, E. A. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva** / Edilene Aparecida Ropoli ... [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010.

SKLIAR, C.B. Um olhar sobre nosso olhar acerca da surdez e as diferenças. In: SKLIAR, C.B. (Org.). **A surdez: um olhar sobre a diferença**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SONZA, A. P.; SALTON, B. P.; AGNOL A. D. **Reflexões sobre o Currículo Inclusivo**. (Orgs). Bento Gonçalves: IFRS, 2018.